



**ATA Nº 06/2016 – 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
DO CAMPUS SÃO BORJA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

1 Às onze horas do dia dezessete de maio, na sala 1202 do Campus São Borja, realizou-se a quarta
2 reunião extraordinária do Conselho do Campus em 2016. Presentes: Ronaldo Colvero, na
3 presidência do Conselho; Luís André Padilha, coordenador administrativo; coordenadores dos
4 cursos de graduação: Andréa Narvaes, Jaina Pedersen, João Antônio Pereira, Marco Bonito;
5 Ricardo Gacki, representante docente; Alex Retamoso, representante da Comissão Local de
6 Pesquisa; Loiva de Oliveira, coordenadora da Comissão Local de Extensão; Rafael Machado e
7 Sáryon Azevedo, representando os servidores técnico-administrativos; Victor Tavares,
8 representante discente; Rafael Paz, representando a comunidade externa; e, secretariando a
9 reunião, a secretária executiva Katia Seckler. Participaram também da reunião docentes e
10 discentes do Campus. Pauta da reunião: **ajustes orçamentários para 2016**. O professor Ronaldo
11 iniciou a reunião falando sobre a precisão de corte de 50% no orçamento da Universidade.
12 Segundo o presidente do Conselho, cada Campus lutou de todas as maneiras possíveis para que
13 não fossem afetados os serviços básicos, e que foi passado para nós é que não há previsão de
14 aumento de orçamento. Emendas parlamentares só serão possíveis em 2017. Foi discutido entre
15 os Campi e a Reitoria como administrar o orçamento frente aos cortes, e decidiu-se que não
16 haveria cortes lineares, ou seja, cada Campus teria seu estudo de forma independente e depois
17 todos colocariam em plenária de forma ampla, onde cada Campus deveria explicar as suas
18 prioridades. O professor Ronaldo comentou também que foi contestado por que essa reunião em
19 que houve discussão entre os Campi não foi aberta para toda a comunidade acadêmica. O Reitor
20 afirmou que queria uma conversa mais técnica do que política, para levantar dados, e depois, sim,
21 abriria para webconferência com toda a comunidade. Isso gerou discussões e até mesmo
22 agressões. Somente depois os presentes naquela reunião puderam entrar na discussão efetiva
23 sobre orçamento. Dentro dessa perspectiva, trabalhamos primeiro com reitoria e depois com os
24 Campi, para que os conselheiros possam ter ciência, fazer perguntas. O que vamos mostrar não é
25 definitivo. É uma indicação do que pode acontecer. O conselheiro Marco perguntou se essas
26 decisões ocorrerão independentemente da opinião da comunidade acadêmica. O professor
27 Ronaldo respondeu que, se não for feito, em setembro pode não ser possível contar com serviços
28 básicos, e destacou que será exposta uma sugestão de encaminhamento. Se acharmos que
29 algumas questões podem ser alteradas, será feito um documento do Conselho do Campus para
30 enviar para a Reitoria. Hoje o reitor está tratando justamente disso. A proposta visa garantir que
31 se possa chegar até dezembro com o mínimo necessário para não prejudicar as atividades



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



32 acadêmicas; no entanto, se nada for feito, em setembro corre-se o risco de não ter nenhum
33 terceirizado. O gasto do orçamento previsto pode comprometer também a folha de pagamento da
34 universidade. O diretor do Campus passou a palavra ao conselheiro Luís André, que apresentou a
35 planilha com os cortes previstos para cada setor, e avisou que depois falará sobre o que deverá
36 impactar no Campus. Luís André destacou que os coordenadores administrativos não aceitaram
37 que simplesmente se fizessem cortes sem uma política de ação; ou seja, havendo os cortes, é
38 necessário definir como fica, por exemplo, a política de uso dos carros (pois não terão mais
39 motoristas), de limpeza e manutenção (com a redução nos postos de trabalho ao mesmo tempo
40 em que há expansão, com novos prédios). Atualmente, o Campus pode ter o veículo, mas tem
41 uma portaria que não autoriza servidores a usar o veículo; então, deve ser definido como ficará o
42 uso desses veículos neste novo cenário. Em seguida, o conselheiro Luís André apresentou a
43 planilha do orçamento e avisou que, depois de explicar o que foi proposto nas reuniões com a
44 Reitoria, abre-se para discussão sobre a proposta no Conselho, destacando que sua explanação
45 é totalmente operacional e técnica. O professor Ronaldo falou sobre o cuidado que se deve ter em
46 distinguir o que é político e o que é técnico. Primeiro, são analisados os números, no sentido de
47 adequar o orçamento para que os setores funcionassem, mesmo que de maneira precária. Outra
48 ação será o encaminhamento político a partir disso, para buscar de outra maneira ampliação do
49 orçamento. Luís André destacou que a UNIPAMPA (Campus e Reitoria) é contra os cortes e
50 demissões, está buscando recursos para que isso não ocorra. Paralelamente a isso, busca-se
51 uma solução técnica para manter o que está em funcionamento, o que não significa que eles
52 (coordenadores administrativos) apoiem isso, nenhum coordenador administrativo propôs
53 demissões. Mas o perfil do cargo exige que façamos esses ajustes, caso geremos empenho sem
54 aporte financeiro. Luís André destacou que os coordenadores administrativos serão processados
55 como fiscais de contrato caso gerem gastos sem ter orçamento para isso. A previsão inicial,
56 segundo ele, era de um orçamento de R\$ 25 milhões. Os coordenadores e pró-reitores da área de
57 Administração trabalharam em cada rubrica para poder verificar o que podia ser cortado nos
58 contratos. Primeiro foi cortado tudo aquilo que não envolvesse recursos humanos, e com isso
59 foram revistas todas as ações: **1) Contrapartidas de convênios:** trazem aporte de R\$
60 1.000.000,00, porém, a universidade deve entrar com contrapartida de R\$ 390.000,00; **2) Diárias**
61 **de motoristas**, foi proposta uma redução de 01 milhão para 100 mil reais; **3) Diárias da reitoria**,
62 de R\$ 20 milhões para R\$ 261.000,00, com a proposta de políticas para evitar reuniões
63 presenciais de comissões. As reuniões de comissões (reitoria, PRAEC, ACS, comissões, comitê
64 de ética, CONSUNI, etc.) deverão ocorrer apenas por videoconferência. Outra proposta é realizar
65 o CONSUNI trimestralmente. É importante destacar que parte desse valor já foi gasto, mesmo que
66 ainda não se tenha definido como serão efetuados os cortes. Então, pode ser necessário reduzir

Soma

PT garima B J



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



67 ainda mais, tendo em vista o que já foi gasto e o que ainda terá para ser usado. **4) Folha de**
68 **pagamento:** este valor refere-se a recursos vinculados à folha de pagamento de servidores,
69 levando em conta ainda que teremos aumento de salário em agosto. Mantém-se o acordo firmado
70 com o governo quanto aos reajustes salariais. **5) Hospital veterinário:** segundo Luís André, este
71 é um recurso carimbado, ou seja, que não podemos alterar em hipótese alguma. Tentamos
72 reduzir, mas por decisão ministerial isso é inviável. Teríamos que devolver ao MEC em vez de
73 usar em outra rubrica. **6) Bolsas de custeio.** O valor inicial previsto é de R\$ 1.328.000,00. Com
74 os cortes, passou para R\$ 1.000.000,00. O que economizamos em bolsas irá para as outras
75 despesas. O professor Marco perguntou onde isso impactaria. O professor Ronaldo respondeu
76 que estudantes abriram mão de bolsas para manter terceirizados, a comunidade acadêmica
77 pactuou em diminuir as bolsas. O professor Marco ponderou que, então, esse corte nas bolsas
78 não foi uma decisão arbitrária da reitoria. Luís André respondeu que se pode considerar que a
79 reitoria agiu de forma arbitrária ao não acatar a sugestão de manter R\$ 300.000,00 para bolsas
80 em vez de R\$ 1.000.000,00. **7) Matriz de custeio:** Luís André explicou que, de R\$ 2.200.000,00
81 passou a R\$ 1.400.000,00, mas esse valor não está definitivo. Pensamos em zerar diárias para
82 poder concentrar gastos em material de consumo. **8) Material de consumo da reitoria:** a
83 previsão inicial era R\$ 300.000,00, e passou a 70.000,00. **9) Contratos diversos:** o coordenador
84 administrativo explicou que este item trata de contratos como: capina dos terrenos, que passou de
85 R\$ 316.000,00 para praticamente zero – serviços de capina sairão do orçamento de cada
86 Campus. O professor Ronaldo afirmou que estão dialogando com a prefeitura para que possa
87 fazer esse serviço. Sobre os gastos com Energia elétrica, o coordenador administrativo afirmou
88 que estão tentando reduzir para R\$ 2.900.000,00; mas o gasto hoje é de R\$ 3.700.000,00. Há
89 problemas como deixar o ar-condicionado ligado à noite, depois das aulas, ou esquecer
90 computadores ligados sem necessidade. É impossível atingir essa meta de economia de anergia
91 sem a colaboração de todos. Água e esgoto em Uruguaiana: por ser fora da cidade, a ligação de
92 água e esgoto daquele Campus precisa de contrato com outra empresa. Os gastos com água e
93 esgoto devem ser reduzidos de R\$ 230.000,00 para R\$ 207.000,00. Aluguéis: este item dos
94 contratos refere-se a Campus que não têm estruturas administrativas concluídas, e necessitam
95 alugar salas ou prédios. Os coordenadores e pró-reitores tentaram cancelar o maior número
96 possível de aluguéis, porém, a Reitoria, o Campus São Gabriel e o Campus Itaqui não têm salas
97 para comportar estrutura administrativa e salas da reitoria. Telefonia: foi proposto extinguir os
98 contratos, mas não tem como porque o telefone do Campus é um chip de celular que precisa estar
99 ativo. Diretores, pró-reitores, etc. abriram mão de celulares institucionais para reduzir gastos.
100 Sobre a telefonia fixa, entendeu-se que ainda precisamos manter linhas; no entanto, os ramais
101 estão impossibilitados de fazer ligações externas. Serviços de impressão: contratos foram

Sora
[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



102 reduzidos em 50%. Deste valor, estava previsto R\$ 100.000,00 e já foi gasto R\$ 70.000,00. Para o
103 próximo ano, pretende-se zerar o contrato de impressão. Links dedicados: refere-se à
104 disponibilidade de internet. Pensamos em zerá-lo. Mas, como a rede Rnp é instável, corremos o
105 risco de perder dados e contatos, por isso manteve-se o contrato de link dedicado. Existe a
106 proposta de renegociação com a empresa. Serviços de hardware e manutenção: não temos mais
107 orçamento para equipamentos. O professor Marco sugeriu reduzir o contrato com a empresa Oi, e
108 instalar programas para acompanhar o tráfego. Publicações oficiais: refere-se a publicações no
109 DOU. A meta é concentrar publicações para reduzir custo operacional. Formatura: está previsto
110 orçamento de R\$ 100.000,00 para as formaturas em agosto deste ano. Luís André explicou que
111 esta decisão foi tomada contrariando o posicionamento dos coordenadores administrativos,
112 afirmamos que éramos contra, poderíamos manter formatura de gabinete sem custo. Vamos fazer
113 a formatura com o recurso que temos. Caso os alunos queiram de forma particular, cada Campus
114 deve orientá-los nesse sentido. Manutenção de ar-condicionado: este contrato prevê apenas a
115 manutenção preventiva, ou seja, justamente fazer prevenção para que os aparelhos não
116 estraguem; ee estragar, não tem recurso para arrumar. Outros contratos são de elevadores,
117 extintores de incêndio, etc. Unimed é um contrato anual de seguro de vida para cada aluno, com
118 valor que tentamos reduzir, mas não conseguimos. Contrato de eliminação de resíduos sólidos,
119 trata-se de serviços utilizados em outros Campi, que têm resíduos químicos. Esse recurso
120 manteve-se. Combustível geral: o valor previsto para combustíveis passou de 600.000,00 para
121 300.000,00. O coordenador explicou que esse valor não é distribuído entre os Campi de forma
122 linear. Gera-se uma matriz e um valor para cada Campus de acordo com suas especificidades.
123 Em São Borja, o valor previsto é próximo a R\$ 20.000,00 por ser distante da reitoria e por ter
124 setores da reitoria lotados aqui. Com esse valor, é impossível liberar veículo para saídas de
125 campo. Esse ano, teremos que rever se cada curso terá valores para gerenciar para atividades de
126 campo e demais atividades acadêmicas. As saídas de campo devem ocorrer apenas se estiverem
127 previstas no PPC do curso. Então, os Campi que têm 100% de saída de campo, têm mais recurso
128 para combustível para atividades de ensino; aí corta-se recurso para atividade de gestão. Os
129 Campi estão recebendo pedidos de reuniões de comissões, mas não têm como atender por não
130 ter combustível. O professor Marco ponderou que os professores têm de acompanhar *in loco*
131 atividade de supervisão de estágio, por isso é necessário encaminhar essa demanda para a
132 comissão superior de ensino. Manutenção dos veículos: estipulou-se o valor de R\$ 100.000,00
133 para todos os Campi, proporcional à frota de cada Campus. este valor prevê manutenção
134 preventiva e corretiva. Se algum carro estragar, ficará estragado, pois o Campus não terá mais
135 recursos. Passagens aéreas reitoria: passou-se de R\$ 410.000,00 para R\$ 216.000,00. Não foi
136 possível reduzir mais porque não podemos contratar voos antecipados, com valor inferior.

ma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



137 Transporte rodoviário de cargas: este valor refere-se aos custos com mudança de pessoas da
138 reitoria anterior, gerou-se mudança das pessoas para a sede. Da mesma forma, quem se mudou
139 de seus Campi para a reitoria também recebe. Reitor abriu mão desse valor, mas o custo é
140 previsto em lei. Despacho aduaneiro: trata-se de despesas referentes a importações de material.
141 Estava previsto empenho de R\$ 195.000,00. Alguns pedidos foram cancelados; outros, não foi
142 possível cancelar. Com isso, o valor ficou em R\$ 103.000,00. O coordenador administrativo
143 terminou a explanação sobre a planilha do orçamento destacando que, com todas as reduções
144 propostas, ainda precisaríamos enquadrar o contrato de terceirizados de R\$ 21.000.000,00 para
145 R\$ 12.000.000,00. Esses valores ainda podem mudar de acordo com a análise da PROAD de
146 cada contrato. Atualmente, temos em torno de R\$ 10.000.000 para manter contratos terceirizados.
147 Isso gerou a discussão sobre que é prioritário e o que não é, e foi extremamente desgastante,
148 porque em alguns Campi fica impraticável manter o quadro atual de trabalhadores terceirizados. A
149 primeira proposta, cortar de forma linear, e entendeu-se de forma unânime que isso não seria
150 possível. Para adequar o gasto da Universidade ao novo orçamento, propôs-se a seguinte
151 redução: no Campus Alegrete, por exemplo, de 14 funcionários da limpeza, seriam mantidos 06;
152 de 05 motoristas, fica apenas 01; vigilância, de 10 postos passaria a 04 postos; para a
153 manutenção, mantém-se o número de quatro funcionários; para trabalhadores agropecuários
154 mantêm-se os atuais 05 postos de trabalho; mesma situação da portaria, que manteria 07 postos.
155 Já em São Borja, foi proposto o seguinte: de 09 funcionários de limpeza, mantém-se 05;
156 motoristas, atualmente são 04 (01 vinculado a PRAEC e ACS), ficaria apenas 01 para atender
157 Campus e setores da Reitoria. Para os vigilantes, mantêm-se os atuais 10 funcionários. Equipe da
158 manutenção, em vez de 04 ficaria com 03 funcionários; e serviço de portaria mantém os 02
159 porteiros. Luís André destacou que essa foi uma vitória nossa, porque todos os Campi apoiaram.
160 Foi feita uma análise minuciosa de Campus a Campus. Em São Borja, passaria de 29
161 terceirizados para 22 funcionários terceirizados. Esta é a menor perda proporcional, porque
162 nossos contratos já eram estritamente ajustados às necessidades. O professor Ronaldo afirmou
163 que, se compararmos pelo quantitativo de alunos, nós não temos uma diferença tão grande sobre
164 os outros Campi e tínhamos bem menos terceirizados que outros, como Uruguaiana, por exemplo.
165 O conselheiro Luís André ressaltou que é nossa obrigação (como gestores) enquadrar os gastos
166 ao orçamento. Isso implicaria demitir 184 pessoas; ninguém é a favor disso, mas, se nenhuma
167 perspectiva de orçamento vier, é isso que teremos que fazer. Em toda a Unipampa, de 437
168 trabalhadores terceirizados, passará a ter 253 terceirizados, o corte de 184 postos corresponde a
169 42% do quadro. Se este corte não for feito em maio, será de 50% em junho. Se não for feito em
170 junho, serão 60% em julho, e assim por diante. Luís André frisou que se trata de uma *proposta* de
171 todos os coordenadores administrativos e administradores da PROAD. Reitor pode não acatar

Sera



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



172 essa sugestão. Afinal, a decisão política é dele. A base técnica (coordenadores e equipe
173 administrativa da Reitoria) vai dizer o que deve ser feito, mas ele pode acatar ou não. Luís André
174 destacou mais uma vez que não concordamos com isso, mas é a realidade com que temos de
175 lidar. O professor Ronaldo solicitou que, depois dessa discussão, sejam feitos os
176 encaminhamentos. É preciso, o diretor destacou, pensar em Políticas e fluxos operacionais das
177 futuras ações. Um documento mostrando a situação da Universidade com e sem o corte pode ser
178 entregue para todos os prefeitos, para a bancada gaúcha na Câmara, deve-se levantar a situação
179 em que a reitoria anterior recebeu a Universidade, e por que não aderiu ao programa REUNI II. É
180 importante colocar para toda a comunidade acadêmica tudo que foi recebido. Já foi falado em
181 outros Campi sobre paralisação de toda a universidade, sobre o processo de precarização. O
182 conselheiro Ricardo afirmou, sobre a explanação de Luís André, que confia nos números, na
183 explanação, mas faz ressalva de que é fundamental posicionar-se contra esse processo de
184 precarização. O professor afirmou ainda que vai ler a Ata desta reunião com muito carinho, pois o
185 que decidimos aqui terá repercussões. O professor Ricardo afirmou também que o debate está
186 restrito a questões técnicas, e defende um debate político, destacando que não tem competência
187 técnica, mas que precisamos de debate político. O professor Ricardo afirmou ser a favor de
188 contingenciamento, mas de contingenciar o pagamento de juro da dívida, de pagamentos ao
189 agronegócio; e o corte no orçamento das universidades começa antes, os ajustes já foram feitos
190 no governo anterior. O conselheiro Ricardo destacou ainda que o técnico está subordinado ao
191 político, o que gera muita angústia no trabalho de gestão, pois os responsáveis têm muitas
192 dúvidas, ao mesmo tempo em que têm de pensar em responsabilidades jurídicas. O orçamento já
193 é pífio; e cortam mais ainda; para ele, isso é muito cruel, por isso temos de pensar como vamos
194 encaminhar isso e sobre as escolhas políticas que fazemos aqui. Temos de nos organizar. Caso
195 contrário, trabalhamos em uma lógica empresarial, meritocrática, e vamos nos adequando e
196 aumenta margem de lucro. Quem propôs, propôs algo impraticável. O professor Ricardo afirmou
197 ainda que a decisão de executar orçamento como estava previsto antes e depois cortar é uma
198 decisão política, e temos de nos posicionar politicamente em relação ao que está sendo feito. O
199 diretor do Campus afirmou que na quinta-feira, ou na quarta, está previsto que reitoria estará no
200 Campus, para participar de assembleia com toda a comunidade acadêmica. O discente Victor
201 afirmou que, os alunos não apoiam este corte, mas entendemos a decisão dos coordenadores,
202 mas destacou a falta de respeito com a manifestação dos alunos nas reuniões com a Reitoria. O
203 professor Ronaldo pede licença para pessoas fora do Conselho se manifestarem, e passou a
204 palavra ao professor José Wesley. Este professor afirmou que concorda com André sobre a
205 necessidade de analisar o orçamento, mas destacou que questões políticas mais amplas devem
206 ser feitas e, mais do que isso, deve-se discutir a inserção da Unipampa na sociedade. Essa

Souza

Al

U

PT

Yanina

J



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



207 discussão sobre dívida pública cai além, depende da mobilização de toda a população, não atinge
208 somente a Universidade. A questão está ficando tão acirrada que temos que nos organizar, sim.
209 Para fazer alguma coisa e buscar outros espaços. O professor afirmou ainda que não concorda
210 com a forma como essa questão foi discutida, porque foi discutida de forma desarticulada do
211 movimento político. A gente não pode pensar em normalidade. Essas discussões tem que ser
212 feitas, sim, mas buscando articulação e buscando ações. O professor Ronaldo afirmou que é
213 totalmente a favor de mobilização, e que, de nossa parte (direção do Campus), sempre terá apoio.
214 O diretor do Campus afirmou também que, antes de tomar uma decisão, o reitor procura buscar
215 apoio jurídico. Ele está buscando não tomar uma decisão apenas técnica. O professor Cesar
216 Beras afirmou que pode parecer óbvio, mas não está tudo normal. Não podemos sair daqui e ir
217 para a sala de aula como se na da estivesse acontecendo. Estamos em situação de mobilização
218 permanente. A precarização já aconteceu, quadro neoliberal está atacando a América latina. Tudo
219 está sendo privatizado. Há outras situações que vão ser afetadas no Campus, além da redução no
220 quadro de terceirizados; para concluir, o professor afirmou que o centro da discussão é a
221 precarização. Nossa tática, enquanto comunidade acadêmica, é ir contra a inviabilização, ter uma
222 mobilização permanente. Se estiver vindo para o Campus o pró-reitor, ou o reitor, temos que parar
223 tudo e concentrar-se nessa discussão com a reitoria. O professor sugeriu também que, havendo
224 ou não proposta da reitoria, temos que pensar em paralisação, chamar a atenção, "berrar" sobre o
225 que está acontecendo, pois a situação é grave. A aluna Carolina fez um relato sobre a reunião em
226 Bagé. Os alunos haviam pedido que fizessem videoconferência, mas não puderam ouvir muito.
227 Foi discutida lá a questão da paralisação, propuseram também para a comunidade acadêmica os
228 fatos antes de tomar a decisão final. Houve pessoas que disseram que alguns Campi não iriam
229 entender, ou que não iriam concordar. Se tivessem trazido os fatos antes, teríamos entendido,
230 sempre ressaltando que entender é diferente de concordar. O representante discente Victor
231 reclamou da postura desrespeitosa de um servidor técnico contra os alunos. A professora Loiva
232 afirmou que o cenário nos inquieta, e nos deixa imobilizados, mas parabeniza todo o estudo
233 técnico, embora seja sofrido olhar para esses números e entender que não se trata apenas de
234 números, mas de pessoas, de famílias que serão afetadas. A professora destacou que também
235 não concorda, mas entende que não se tem saída. Já é um trabalho precarizado, e ainda estamos
236 suprimindo pessoas. Isso reflete, sim, a incidência do econômico no social. É preciso ter cuidado
237 com a perspectiva de volta de "primeiro-damismo" na assistência social. Há também o risco de
238 programas como SAMU, farmácia popular, acabarem; ao mesmo tempo, presenciamos alunos
239 ocupando escolas. Este cenário retrata uma situação que ainda vai se agravar. Não podemos
240 fazer de conta que não estamos sendo atingidos por isso. a professora Loiva questionou também
241 sobre como fazer esse movimento que é político: precisamos dialogar, pois hoje nos afeta, daqui a

João



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



242 pouco já pode afetar outras instituições. Ela ressaltou a necessidade de mobilização interna, e
243 também articulação e movimento público. O professor Ronaldo relatou que, como servidor público,
244 já passou por um processo de privatização, e que a mobilização é extremamente importante; e
245 afirmou ainda que temos de fazer alguns trabalhos enquanto direção, mas estamos mobilizados
246 com toda a comunidade acadêmica. O cenário atual é extremamente amargo, o Brasil paga preço
247 altíssimo por privatizações. A aluna Carolina falou que primeiro estão operando os cortes, depois
248 lutando para que os cortes não aconteçam, não entende como isso poderá ser feito. O professor
249 João destacou que uma análise técnica existe, e não tem como fugir disso se existe uma lei de
250 responsabilidade sobre os gastos públicos; nós temos que separar gestão de relação política e
251 sindical. Tratam-se de momentos diferentes. O conselheiro João também lamentou que, na
252 Unipampa, ainda esteja muito lenta a discussão sobre questões políticas que nos afetam
253 diretamente, e relatou que, quando os professores tentaram pela primeira vez fazer um sindicato,
254 houve pouco interesse, eram bem poucos colegas. O professor João destacou que a discussão
255 política tem que preceder, e não ser feita depois de acontecerem fatos como os cortes
256 orçamentários. O pessoal participa muito pouco das reuniões, talvez porque muitos colegas ou
257 não tinham experiência anterior, ou eram de universidades privadas em que não podiam se
258 posicionar; o resultado disso está se percebendo hoje. Quando se fala em discutir gestão, fala em
259 discutir política, mas periodicamente discutir política, pois isso é inerente ao serviço público
260 federal. O professor João ressaltou que, se não nos mobilizarmos, não poderemos mudar essa
261 situação. Não dá para esperar, tem que ser feito antes. A professora Jaina concordou com a
262 constatação de que o “berro” da comunidade acadêmica está atrasado. No final do ano passado,
263 quando tentamos mobilizar professores, víamos o quanto há tendência de precarizar trabalho, e
264 percebeu-se que o grupo mais vulnerável é dos terceirizados. Diferente de 2011, quando fizemos
265 greve, hoje nos deparamos com situações mais emergentes, muito mais do que em 2011. Todos
266 esses dados nos dão subsídios para decisões políticas. O professor Miro afirmou que espera que
267 surta efeito político a agenda do reitor (de buscar recursos junto ao MEC). O professor Ronaldo
268 afirmou que, quando a Reitoria foi entregue, era o ministro anterior. O professor Miro afirmou que
269 a educação sempre é deixada em segundo plano, e que lamenta essa situação. O professor ainda
270 questionou, sobre as reuniões em 2011, e hoje, qual era nosso interlocutor, quem nos colocou
271 nessa situação, e afirmou que, na sua opinião, deve-se, sim, continuar as aulas, mas os
272 professores têm que discutir o que está acontecendo na Universidade com os alunos diretamente
273 em suas aulas. o professor Miro falou também que a Unipampa é uma só, que o reitor Hansen
274 deve trazer alguma novidade importante para nós, e tão logo ele chegue a direção deve nos
275 colocar a par do que aconteceu, nossa mobilização deve estar subsidiada por isso. o professor
276 Marco também lamentou o “avançado da hora” sobre essas discussões, mas ressaltou que todos

sum

Jaina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



277 precisam debater, ouvindo os colegas, falando, e lembrou que há algo que não foi colocado em
278 pauta, e deve servir como argumento: primeiro, precisa-se reconhecer, independentemente de
279 partido, que há nos últimos anos má gestão, reconhecendo que foi uma má gestão, mas que
280 ainda tentou dar suporte à questão social. Neste novo cenário, temos uma proposta em que
281 questões sociais estão indo "pelo ralo". A sociedade lá fora pode estar defendendo a ideia de que
282 é necessário privatizar mesmo, porque está ocorrendo má gestão da universidade. O ministério
283 quer saber, para poder dizer publicamente que foi feito corte de 54%, mas não aparece isso como
284 impacta na sociedade, e o movimento que o prof. Beras propõe é de mostrar que não podem ser
285 feitos cortes dessa forma. O professor Marco falou ainda que, em nenhum momento, o que
286 aparece na mídia faz referência a corte de juros da dívida pública. Quando se fala em corte,
287 propõe-se cortes em saúde, educação. Não se fala em corte de juro da dívida. Na sua opinião,
288 deve ficar claro que, se tiver que cortar, que cortem dos bancos; senão, fica parecendo que temos
289 "luxos" e que esses "luxos" podem ser cortados; só que, com esses cortes, é a sociedade que vai
290 sofrer, o 01% da população dos mais ricos não vai sofrer. Por isso é importante se mobilizar, pois
291 o que temos não é luxo, e sim, o mínimo para nos mantermos dignamente. O professor Ricardo
292 pediu a palavra a afirmou que só queria dizer que fica muito feliz com a fala da professora Loiva, e
293 dos professores João, Marco, Jaina. Aqui estamos debatendo política, em debates de qualidade, e
294 mais uma vez questionou que subordinação é essa à técnica, por que nos subordinamos a isso.
295 sobre a fala do professor João, ele comentou que não é ingenuidade falar em unidade de todos,
296 de todas as categorias. O discurso pode parecer sindicalista, mas é necessário. Na reunião de
297 docentes, contaram com apenas 20% dos professores. Deve ser feita intervenção para que mais
298 pessoas participem. O professor José Wesley afirmou que quis dizer o seguinte: que na
299 conjuntura atual, não temos força momentânea para fugir disso, as discussões têm que ganhar
300 corpo para chegar ao ministério da educação. Estrategicamente, essa pode não ser a melhor
301 opção, porque tem que ser construído coletivamente. O conselheiro Luís André afirmou que existe
302 uma diferença entre a área técnica, as pessoas diferenciam e qualificam de forma diferente o
303 trabalho técnico do trabalho político; porém, é importante ressaltar que os técnicos é que fizeram a
304 maior ação política até o momento, porque subsidiaram o reitor para ele pudesse chegar ao MEC
305 com argumentos sólidos sobre a situação da Universidade e sobre o porquê de ser contra os
306 cortes. O trabalho técnico é mostrar a nossa realidade, e a maior ação política foi essa análise
307 técnica, pois com ela mostramos a universidade como dado mensurável. O professor João
308 Antônio manifestou seu reconhecimento de que no Campus são Borja sempre foi feito isso,
309 sempre houve preocupação com a gestão e com a transparência. A professora Mara questionou
310 por que só agora, está havendo essa mobilização. Quando tentamos nos mobilizar, não
311 conseguimos. Os cortes já estavam postos; estávamos envolvidos em campanha para a reitoria e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



312 ninguém queria ter falado sobre isso antes. É tarde, mas devemos nos colocar como sujeitos. A
313 professora Mara afirmou também que não adianta ficarmos nos questionando, agora temos de
314 agir. O professor João afirmou que não aparecem resultados porque as ações são feitas sem
315 sincronia, desorganizadas, porque está sem mobilização. A questão é manter essa mobilização
316 permanente de forma organizada, pois acima de tudo somos uma universidade. A força do
317 resultado depende de uma harmonia de todas as ações. O diretor do Campus destacou a
318 dificuldade em atender as pautas, citando como exemplos o MEC, que não recebe ninguém que
319 não seja reitor; a Andifes, que é composta 50 reitores, e as pautas chegam a levar 50, 90 dias
320 para que cheguem à discussão. Então, tem-se o seguinte cenário: surgem discussões no
321 Campus, que são levadas ao Conselho, à gestão, para depois se juntar com todas as unidades,
322 depois reitoria, depois ANDIFES, até chegar ao MEC; por isso pedimos que reitor tomasse a
323 frente das discussões. O professor Ronaldo encerrou a reunião destacando que esta reunião tinha
324 como objetivo colocar a comunidade acadêmica a par dos indicativos da última reunião realizada
325 na reitoria, e que isso sirva para mobilizar a comunidade acadêmica. Nada mais havendo a tratar,
326 às treze horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião e, para constar, foi redigida a presente
327 Ata, que será assinada pelo presidente do Conselho, pelos conselheiros presentes e por mim,
328 Katia Luisa Seckler, secretária executiva no Campus São Borja.

gama h. roblerson
Sora
JOÃO ALDO
Katia Luisa Seckler
U.
TT